Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado Class.: 1312

Data: 16.06.85 Pg.:

Proprietários de terras falam sobre invasões e reforma agrária

O presidente em exercício do Sindicato Rural de Chapecó (patronal), Waldemar Santa Catarina, proprietário de uma área de 400 hectares, afirma que não é contra a reforma agrária, mas exige respeito ao direito de propriedade. O fazendeiro Dino Patussi, proprietário de 800 hectares em Chapecó acusa os sindicatos e a Igreja de estarem aliciando pessoas de setores alheios a agricultura para formar contingente de invasores de terras. O engenheiro civil Ivan Bertaso, diretor-presidente de um grupo de Chapecó que possui 6 mil hectares de terras concorda com uma reforma agrária, mas quer que seja "bem planejada" e beneficie o trabalhador de "vocação agrícola".

Estas são algumas das afirmações de três proprietários de terras no Oeste do Estado, uma região marcada por uma grande tensão nos últimos dias, depois que milhares de trabalhadores sem-terra invadiram propriedades em diversas cidades.

por Marcos Bedin

Chapecó — Os sindicatos e a Igreja estão aliciando pessoas de setores alheios à agricultura para formar contingentes de invasores de terras. Estão retirando operários de dentro de fábricas para ocupar terras. Essa denúncia é do fazendeiro Dino Pattussi, proprietário de 800 hectares em Chapecó junto com outros dois sócios.

Pattussi condenou veementemente a invasão de terras no Oeste por representar uma agressão ao direito de propriedade. Lembrou que desde o início dos tempos o direito de propriedade é assegurado a quem produz e trabalh. Ele criticou serveramente os sindicatos e a CPT por organizarem e patrocinarem invasões, envolvendo pessoas não ligadas ao meio rural, como operários urbanos.

Uma reforma agrária, observa, deve ser cuidadosamente planejada para se instituir em fator de desenvolvimento e não de retrocesso social e econômico. Coloca que a Nova República pretende fazer uma reforma agrária sem estrutura e sem embasamento pois está há poucos meses no governo, enquanto os 20 anos de governos revolucionários não puderam realizar o que o Estatuto da Terra, fruto da própria revolução, pregava desde 1984. Dino Pattussi aonselha cautela.

A criação do Banco da terra também tem o apoio de Dino Pattussi, que entende a reforma agrária como um plano amplo e abrangente. Ele é contra a reforma coletivista "que a Igreja quer implantar por aí" e diz que o governo deve dar o exemplo, usando suas próprias terras para esse fim social.

Pediu também que sejam investigadas as associações de sem-terra porque ali estariam agitadores e pessoas beneficadas anteriormente por concessão de títulos do Incra. Pediu definição sobre "quem é o sem-terra", alegando que qualquer pessoa não-proprietária poderá se classificar como trabalhador rural sem-terra. Dino quer que o tema seja discutido com muita seriedade e que a reforma agrária não atinja propriedades legítimas. Para ele, há falsa prioridade, pois o governo gastará Cr$ 1 trilhão para resolver o problema do Banco Sulbrasileiro, enquanto questões nacionais como a reforma agrária e a agricultura esperam o futuro acontecer.

Dino Pattussi acha que o Governador foi omisso inicialmente no caso das invasões do oeste e, depois, cedeu às pressões e passou a agir com mais decisão no processo. Pattussi, junto com Zilto e Zelio Zandavalli, possui uma densa reserva florestal em "Fazenda Zandavalli", onde faz uma exploração racional e comedida da madeira. "Nossos pais se instalaram aqui há 50 anos e preservaram a natureza", explica ao justificar que toda a terra é produtiva e que não pode ser tachada de ociosa. A propriedade já constou de "listas de invasões" do movimento dos sem-terra.

Bertaso quer terras indígenas na reforma

"A favor de uma reforma agrária bem planejada que beneficie o trabalhador de vocação agrícola e, especialmente, jovens 4-: e filhos de agricultores". Assim, o engenheiro civil Ivan Bertaso, diretor-presidente de um grupo local de empresas que detêm a posse de 6 mil hectares de terras agricultáveis, se definiu a respeito da reforma agrária.

Bertaso, 47 anos, neto do fundador da cidade e filho do ex-secretário do Oeste Serafin Enoss Bertaso, entende que a reforma agrária tornou-se uma necessidade nacional. Reconhece que existe uma grande pobreza no País, cujos trabalhadores rurais sem-terra representam apenas um segmento. "Se a reforma contribuir para reduzir essa pobreza, sou a favor", assegura Bertaso. Ele coloca apenas ser necessário fazer uma reforma agrária "com o pé no chão", séria e inteligente que evite as desordens, as invasões e o desrespeito à propriedade de posse legítima.

O empresário sugere que sejam empregadas as terras devolugas do governo para o assentamento de trabalhadores selecionados. Depois, as grandes propriedades de terras que estão ociosas e, finalmente, as terras dos índios. Diante da necessidade de incorporar os sem-terra ao processo de produção nacional, dando-lhes condições de vida e trabalho digno, Bertaso entende ser necessário o emprego das reservas indígenas para esse fim: os índios ocupam grandes extensões de terras sem cultivá-las. Somente em Xanxerê, 2.000 Caingangues e Guaranis vivem em 15 mil hectares da reserva Xapecó".

Lembrando que desde estudante o tema "reforma agrária" é discutido no País, Ivan Bertaso observa que é necessário entender a reforma como necessidade de dar trabalho às famílias carentes e produzir alimentos para o País. Recomenda que não sejam repetidos os erros do passado e exemplifica: em 1982, quando Bertaso concorria à prefeitura de Chapecó, o Incra distribuiu 400 títulos para novos-proprietários de Linha Cachoeira, interior do município. Atualmente, apenas 40/50 deles permanecem na terra. Os demais, venderam-na.

Bertaso participou do planejamento do núcleo hortigranjeiro de Chapecó, um projeto pioneiro de assemtamento cooperativo de agricultura para produção de verduras e legumes - e crê que essas experiências devem ser analisadas para a implementação de uma macrorreforma.

A questão da avaliação e indenização da terra desapropriada por interesse social uma prática que será intensificada com a aplicação da reforma agrária é simples, para Bertaso. Mostra que o pagamento da terra deverá ser precedido de justa avaliação. Se o proprietário sentir-se prejudicado, deve recorrer à justiça. Bertaso está de acordo com o pagamento em forma de título de emissão federal (títulos da dívida agrária), resgatáveis em 20 anos. "Se isso está na lei, deve ser cumprido".

O episódio das invasões de terras no Oeste foi alvo de crítica avaliação por Ivan Bertaso. Ele condena a invasão de propriedade privada à força, enquanto há instrumentos legais para o governo adminstrar as questões sociais, como a dos sem-terra. Na sua opinião, faltou mão firme do governo estadual no controle das invasões, caracterizadamente ilegais. Acredita que o Estado errou também ao não cumprir a liminar do juiz de Aberlardo Luz que determinou a desocupação das terras invadidas. "não se deve brincar com a Justiça".

Quanto à solução encontrada pelo governo (Estado e União) para solucionar o problema, Bertaso julga-a adequada "se os invasores que serão contemplados com terras forem mesmo agricultores e se dedicarem seriamente ao seu cultivo e exploração, em busca de uma vida digna". Mas, "se forem aproveitadores e ativistas, o governo terá jogado muito dinheiro fora - o que será ruim para a sociedade".

Críticas para o governador

O presidente em exercício do Sindicato Rural de Chapecó, Waldemar Santa Catarina, assegurou que a classe patronal rural não está contra uma reforma agrária mas exige respeito ao direito de propriedade. O sindicalista criticou o governador, acusando-o de omissão no episódio das invasões de terras no Oeste catarinense e prevê que elas prosseguirão, apesar dos entendimentos até agora firmados entre os sem-terra e o governo.

Snata Catarina preside o maior sindicato rural do Oeste. Aos 49 anos de idade, é próspero fazendeiro: possui, junto com outros dois irmãos, a Fazenda dos Pinheiros, de 400 hectares. Ali, produz milho e mantém uma pecuária exuberante, representada por 1.100 cabeças de gado de corte (bovinos), 250 bubalinos, 50 eqüinos e criações de pequeno porte.

O presidente do Sindicato Rural entende que o Governador deveria ter agido com mais rigor durante as invasões de terras, evitando que essa prática fosse disseminada. Agora, ele acredita que foi criado um precedente — "as invasões deram certo" — e elas se repetirão novamente. Catarina diz que os proprietários apóiam uma reforma agrária desde que ela seja acompanhada de reforma da política agrícola e se complete com a infra e superestrutura aos sem-terra beneficiados: "Dar terra e com ela a assistência técnica e humana".

Waldemar Santa Catarina adverte para o perigo de se fazer uma reforma incompleta, onde a distribuição de terra não beneficie os que dela precisam e, ainda, desorganize a produção e cause duas perdas: de dinheiro, em projeto fracassado, em produtos agrícolas, na subtração de áreas produtivas inutilmente empregadas num programa de reforma agrária.

A reforma agrária deve começar pelas terras do governo e passar pelas terras ociosas, não atingindo as propriedades que produzem para o suprimento nacional e/ou exportação. Sugeriu que as terras da Igreja também sejam usadas na reforma. Os trabalhadores com aptidão para o trabalho agrícola devem ser contemplados e não aqueles estranhos ao setor rural, ensina o sindicalista. Catarina diz que o País está preparado para uma reforma agrária, mas "isso custará dinheiro, alto" — o único obstáculo para sua concretização.